

Gaúchos já economizaram R\$ 171 milhões com nova CNH

Gratuidade gera economia, mas preocupa a segurança no trânsito

/ TRÂNSITO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Com drásticas mudanças que entraram em vigor no mês de dezembro do ano passado, os trâmites para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) foram alterados. Naquele período foi decretado a gratuidade dos cursos teóricos dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detran) em todo Brasil. Nesse sentido, segundo um estudo realizado pelo governo federal, os brasileiros já economizaram, desde a alteração, R\$ 1,8 bilhão na obtenção da carteira.

No cenário estadual, o estudo revela que o Rio Grande do Sul é o quarto estado que mais poupou estas despesas, com R\$ 171,5 milhões de economia. Quem vem à frente é Minas Gerais (R\$ 269,6 milhões), São Paulo (R\$ 225,3 milhões) e Bahia (R\$ 217,9 milhões).

Segundo Egidio Nunes, chefe da Divisão de Habilitação do DetranRS, todos os departamentos foram pegos de surpresa, pois não tiveram prazo para se adequar ao novo sistema. Para ele, “muita coisa mudou e, por isso, tivemos uma queda na qualidade muito significativa”, isso pelo fato de que antes da mudança havia a obrigatoriedade de 45 aulas teóricas, e hoje, conforme Nunes, “se pode fazer em 15 minutos. Na sequência, o candidato está liberado para fazer o exame teórico, que, por sua vez, baixou a qualidade e o grau de exigência”.

Em nota, o governo federal afirma que, para a população, a medida representa redução direta



FABIOLA CORREA/JC

Hoje, não existe carga horária estabelecida para o curso teórico

de custos. Minas Gerais também tinha o curso teórico mais caro no território nacional, que custava, em média, R\$ 1.095,00. Em seguida, aparecem Santa Catarina, com R\$ 1.094,00, Rio Grande do Sul, com aproximadamente R\$ 1.025,00, e Bahia com R\$ 1.019,00 para essa etapa da habilitação.

De acordo com o DetranRS, esse número não condiz com a realidade. A autarquia informa que o custo para o curso teórico custava, em 2025, R\$ 521,55.

Hoje em dia, não existe carga horária preestabelecida para a realização do curso, que é oferecido pela plataforma CNH do Brasil, do Ministério dos Transportes. Antes da modificação era necessário assistir a 45 horas de aula.

Para Vilnei Sessim, presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores (SindiCFC), quem mais perde com essa decisão é a sociedade. “A tendência é que tenhamos, a partir de agora, pessoas conduzindo o veículo na via sem condições de dirigir”, diz.

O dirigente sindical acredita, apoiado nos dados do Atlas da Violência, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aponta 37,1 mil mortes no trânsito no ano de 2024, que “não parece uma medida adequada frente à quantidade de mortes que ocorrem no trânsito atualmente. Na contramão disso, o governo retira o conhecimento do cidadão. Então, me parece que teremos um problema ainda maior no trânsito”.

O valor para tirar a primeira carteira de motorista caiu em todo o País após o lançamento da CNH do Brasil. Antes, o processo completo para as categorias A e B chegava a R\$ 4,9 mil em alguns estados. Atualmente, esse valor varia entre R\$ 810,00 e R\$ 1,6 mil. Além da gratuidade do curso teórico, as mudanças incluem a redução da carga mínima de aulas práticas, a possibilidade de formação com instrutores autônomos credenciados e a fixação de teto de R\$ 180,00 para os exames médico e psicológico.

Servidores protestam contra possível terceirização no Hospital São Pedro

/ SAÚDE

Alessandra Xavier

alessandram@jcrs.com.br

Um ato contra a possível terceirização dos serviços do Hospital Psiquiátrico São Pedro reuniu servidores da saúde na manhã desta terça-feira, em frente à instituição, na avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre. A mobilização foi organizada por trabalhadores e entidades representativas da categoria, que manifestaram preocupação com os impactos da medida sobre a assistência em saúde mental e as condições de trabalho dos profissionais.

Segundo Eliane Padilha, presidente da Comissão de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do São Pedro (Comtec), ocorrências semelhantes em outros locais aumentaram a apreensão entre os trabalhadores. “A realidade dessas experiências reforça o temor de que, no Estado, o serviço especializado seja enfraquecido, deixando os pacientes mais vulneráveis sem suporte adequado”, afirma. O movimento contou ainda com a participação do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) e do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul (Sintergs). Atualmente, apenas o ambulatório do hospital realiza cerca de 1,5 mil atendimentos mensais.

O principal ponto de preocupação envolve o encerramento, previsto para novembro deste ano, do contrato da empresa responsável pela contratação de parte dos profissionais que atuam na instituição. De acordo com o coordenador do Núcleo de Psiquiatria do Simers, Ricardo Nogueira, há receio de que a transição provoque descontinuidade nos serviços e afete equipes especializadas. “Ficamos preocupados que com o fim desse contrato da licitação poderíamos ficar sem o serviço, pois isso já ocorreu. Nós tínhamos uma unidade de intoxicação de álcool e drogas no São Pedro que foi fechada por falta de

funcionários e recursos para contratá-los”, comenta.

Após reuniões com representantes sindicais, a Secretaria Estadual da Saúde anunciou medidas para garantir a continuidade das atividades. Conforme Nogueira, a secretária da Saúde, Lisiane Fagundes, informou que será feita a prorrogação do contrato vigente enquanto ocorre a abertura de um processo emergencial de contratação. “Realizamos uma reunião no dia 19 de maio com a secretária da Saúde, a doutora Lisiane Fagundes, que nos garantiu a manutenção de todos os serviços”, afirma.

Apesar da sinalização do governo, trabalhadores seguem preocupados com possíveis alterações nos vínculos empregatícios e na remuneração das equipes. Entre os médicos, a principal reivindicação é a preservação dos salários atualmente praticados. Já entre técnicos, auxiliares de enfermagem e demais servidores, o debate envolve também a valorização profissional e a manutenção dos postos de trabalho.

Para Eliane, a situação dos servidores agrava as incertezas em torno do futuro da instituição. Segundo ela, parte dos trabalhadores acumula mais de uma década sem reposição salarial, enquanto mudanças recentes na estrutura de carreiras reduziram direitos. “Há mais de 12 anos sem reposição salarial, muitos recebem menos de R\$ 1 mil. A reestruturação de carreiras recente retirou direitos e colocou alguns servidores de níveis médio e fundamental em extinção, sem perspectivas”, afirma.

Outra preocupação diz respeito à formação de novos especialistas. O São Pedro mantém programas de residência médica que atualmente contam com cerca de 30 profissionais em formação, atraídos pela tradição da instituição no ensino da psiquiatria. Além disso, o local abriga a única enfermagem psiquiátrica infantojuvenil do Estado, considerada referência para casos de maior complexidade.

Falha operacional afeta voos em aeroportos de São Paulo

/ AVIAÇÃO

Aeroportos do estado de São Paulo apresentaram atrasos em pousos e decolagens após pane operacional na manhã desta terça-feira. A situação foi normalizada minutos depois, segundo a Força Aérea Brasileira (FAB). A interrupção temporária das operações aéreas aconteceu por “problema técnico operacional externo”. O problema afetou os aeródromos da região da capital paulista.

Passageiros que aguardavam os voos relatam que, dentro das aeronaves, foram informados de “problemas de comunicação” com a torre de São Paulo. Alguns deles estavam em outros estados, esperando para decolar para a capital paulista.

Em Porto Alegre, algumas decolagens também foram afetadas. Até as 12h desta terça-feira, cinco partidas estavam com atrasos, sendo liberadas aos poucos, com destino aos aeroportos de Congo-

nhas, Guarulhos e Viracopos.

A Agência Nacional de Aviação Civil e as concessionárias responsáveis pelos aeroportos de São Paulo ainda não se manifestaram oficialmente. O problema ocorre quase dois meses após uma falha operacional interromper por 36 minutos o espaço aéreo do estado. O problema afetou todos os aeroportos operados pelo centro de controle do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Paulo, que ficaram paralisados.



ELIANE PADILHA/DIVULGAÇÃO/JC

Funcionários da instituição deram um abraço simbólico no prédio